



## **AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO ESTADO DA PARAÍBA: UM ESTUDO SOBRE A SITUAÇÃO DOS DIREITOS TERRITORIAIS.**

**Katiana Campos dos Santos<sup>1</sup>, Mércia Rejane Rangel Batista<sup>2</sup>**

### **RESUMO**

O artigo discute a situação das comunidades quilombolas na Paraíba, problematizando os entraves para a concretização dos direitos territoriais. A pesquisa utilizou dados da Fundação Cultural Palmares (FCP), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e materiais de ONGs. Teoricamente buscou-se discutir a emergência da categoria – remanescentes de quilombos – e os desafios postos para compreender o cenário que remete ao passado. Levantamos trabalhos acadêmicos que desenvolveram pesquisas na temática quilombola, com ênfase no território paraibano e envolvendo uma das 49 comunidades quilombolas reconhecidas. Com a promulgação da Constituição Federal em 1988 passamos a ter o reconhecimento da existência dos quilombos na contemporaneidade e o direito ao território etnicamente diferenciado. No arranjo legal, definiu-se que caberia à FCP a expedição da Certidão de Auto Reconhecimento, primeiro passo para se instaurar a demanda pelo reconhecimento legal ao território ocupado e/ou demandado como o território étnico da comunidade quilombola. Há entraves que impedem o reconhecimento do direito territorial, como a falta de dotação orçamentária para a realização dos Relatórios Técnicos de Identificação e Titulação do Território Quilombola (RTID), e de um corpo técnico preparado para a realização dos mesmos. Concluímos que a ossatura legal é fundamental, porém, não é suficiente para garantir recursos econômicos para a execução dos trabalhos necessários para a produção do RTID, como também as dificuldades políticas para se superar as morosidades burocráticas. Destacamos que a Paraíba é o estado da região Nordeste do Brasil com menor número de comunidades certificadas e titulada até agosto de 2023.

**Palavras-chave:** Comunidades Quilombolas na Paraíba; Reconhecimento Identitário; Direito Territorial.

---

<sup>1</sup>Aluna do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais (UACS), Centro de Humanidades (CH), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, PB, e-mail: katianaacampos@gmail.com

<sup>2</sup>Dra. em Antropologia Social, Professora Orientadora lotada na Unidade Acadêmica de Ciências Sociais (UACS), Centro de Humanidades (CH), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, PB, e-mail: mercia.rejane@professor.ufcg.edu.br <Função>, <Departamento>, UFCG, Campina Grande, PB, e-mail: emaildoorientador@seuprovedor.com



## **QUILOMBOLA COMMUNITIES IN THE STATE OF PARAÍBA: A STUDY ON THE SITUATION OF TERRITORIAL RIGHTS**

**Katiana Campos dos Santos<sup>3</sup>, Mércia Rejane Rangel Batista<sup>4</sup>**

### **ABSTRACT**

The article discusses the situation of quilombola communities in Paraíba, problematizing the obstacles to the realization of territorial rights. The research used data from the Palmares Cultural Foundation (FCP), the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA) and materials from NGOs. Theoretically, we sought to discuss the emergence of the category – quilombo remnants – and the challenges posed to understanding the scenario that goes back to the past. We surveyed academic works that developed research on quilombola themes, with an emphasis on the territory of Paraíba and involving one of the 49 recognized quilombola communities. With the promulgation of the Federal Constitution in 1988, we began to recognize the existence of quilombos in contemporary times and the right to ethnically differentiated territory. In the legal arrangement, it was defined that the FCP would be responsible for issuing the Certificate of Self-Recognition, the first step in establishing the demand for legal recognition of the territory occupied and/or claimed as the ethnic territory of the quilombola community. There are obstacles that prevent the recognition of territorial rights, such as the lack of budgetary allocation to carry out the Quilombola Territory Identification and Title Technical Reports (RTID), and a technical team prepared to carry them out. We conclude that the legal structure is fundamental, however, it is not sufficient to guarantee economic resources to carry out the work necessary for the production of the RTID, as well as the political difficulties to overcome bureaucratic delays. We highlight that Paraíba is the state in the Northeast region of Brazil with the lowest number of certified communities and titles until August 2023.

**Keywords:** Quilombola Communities in Paraíba; Identity Recognition; Territorial Law; INCRA.

---

<sup>3</sup>Aluna do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais (UACS), Centro de Humanidades (CH), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, PB, e-mail: [katianaacampos@gmail.com](mailto:katianaacampos@gmail.com)

<sup>4</sup>Dr. in Social Anthropology, Advisor Professor at the Academic Unit of Social Sciences (UACS), Humanities Center (CH), Federal University of Campina Grande (UFCG), Campina Grande, PB, e-mail: [mercia.rejane@professor.ufcg.edu.br](mailto:mercia.rejane@professor.ufcg.edu.br)